

Inei reajusta, apesar da liminar

Diversas escolas particulares estão cobrando, desde a semana passada, as mensalidades atrasadas, com juros e correção monetária, de pais de alunos que ingressaram com mandado de segurança contra o aumento de 40% autorizado pelo Ministério da Fazenda. A primeira a adotar a medida foi o Inei — Instituto de Educação Integral, que passou a exigir a apresentação do carnê para que os alunos façam provas.

A cobrança é ilegal, segundo o presidente da Associação de Pais de Alunos, Luiz Cassemiro dos Santos: o pagamento de mensalidades com preços reajustados foi suspenso, tanto no Inei quanto em outras 30 escolas particulares, por liminares concedidas pelo Tribunal de Justiça. Ele calcula que cerca

de 1 mil pais deixaram de pagar as prestações majoradas, aguardando que a Justiça julgue o mérito da ação movida pela associação.

Além do Inei, a Associação tem informações de que o Colégio Impacto, o Madre Carmem Sales e o Maternal Cantinho Feliz estão vinculando a realização de exames ao pagamento das mensalidades atrasadas.

Segundo o advogado Pedro Calmon, que assessora a Associação de Pais de Alunos, as escolas estão incorrendo em crime previsto no Código Penal. Ele nega que a liminar tenha prescrevido por não ter sido julgada em 90 dias, argumento utilizado pelo Inei para reiniciar a cobrança: "Todos os juizes, a começar pelo primeiro, Carlos Augusto Salazar, concederam

as liminares até o julgamento do mérito".

Além de exigirem, através de cartas enviadas através dos alunos, o pagamento integral das mensalidades, com juros e correção monetária, diversas outras irregularidades estão sendo cometidas pelas escolas, segundo a associação. No Colégio Madre Carmem Sales há denúncias de que as crianças não estão podendo sequer entrar nas salas enquanto os pais "não pagarem o que devem".

Calmon já noticiou o Tribunal de Justiça, ao qual solicitou providências através de petição entregue na sexta-feira. Caso o Inei e as demais escolas se mantenham irredutíveis na tentativa de cobrar as mensalidades, o advogado afirmou que irá solicitar a prisão de seus diretores.